

O Tradicional e o Informal: Uma Análise do Trabalho de Beneficiários do Programa Bolsa Família em Caruaru-PE

The Traditional and the Informal: An Analysis of the Work of Beneficiaries of the Bolsa Família Program in Caruaru-PE

Marllon Emanuel Souza Medeiros de Vasconcelos ¹
 Débora Coutinho Paschoal Dourado ²

RESUMO:

O Programa Bolsa Família (PBF) representou um marco para o Sistema de Proteção Social Brasileiro, no entanto ainda são escassos estudos que se voltem para as relações de trabalho de seus beneficiários. Assim sendo, este estudo teve como objetivo analisar as relações de trabalho de beneficiários do PBF. Para tal, realizou-se uma pesquisa com locus em Caruaru-PE, principal cidade do Polo de Confecções do Agreste, região com relações de trabalho acentuadamente flexíveis e fragilizadas. No referencial teórico são apresentados um breve histórico das relações de trabalho no Brasil e uma caracterização do PBF. Para atingir o objetivo deste estudo, foi realizada uma pesquisa de campo com caráter qualitativo, tendo como fonte de dados entrevistas semiestruturadas realizadas com 35 beneficiários. Os dados coletados foram analisados por meio da análise de conteúdo. As análises dos resultados indicam a prevalência de laços tradicionais de trabalho e da informalidade, destacando um caráter pessoal, domiciliar, frágil e incerto dessas relações. Este cenário é condizente com o histórico da construção das relações de trabalho no Brasil e com as recentes tendências de flexibilização no mundo do trabalho, marcadas pela informalidade e precarização. Diante disto, destaca-se a importância da consideração de tais peculiaridades das relações de trabalho dos beneficiários para que o PBF possa alcançar seu objetivo de contribuir para a superação da situação de vulnerabilidade social de seus beneficiários.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; Relações de trabalho; Trabalho tradicional; Informalidade.

ABSTRACT:

The Bolsa Família Program (PBF) represents a milestone for the Brazilian Social Protection System, however, there are still few studies that focus on the labor relations of its beneficiaries. Therefore, this study aimed to describe and analyze the labor relationships of beneficiaries of the BFP. To this end, we conducted a survey with locus in Caruaru-PE, the main city of the Agreste Clothing Pole, a region with markedly flexible and fragile labor relations. The theoretical framework presents a brief history of labor relations in Brazil and a characterization of the BFP. To achieve the objective of this study, we carried out a qualitative field research, using semi-structured interviews with 35 beneficiaries as data source. The data were analyzed through content analysis. The analysis of the results indicates the prevalence of traditional work ties and informality, highlighting the personal, domestic, fragile and uncertain character of these relationships. This scenario is consistent with the history of the construction of labor relations in Brazil and with the recent trends of flexibility in the world of work, marked by informality and precariousness. We emphasize the importance of considering such peculiarities of the beneficiaries' labor relations so that the PBF can achieve its objective of contributing to overcoming the situation of social vulnerability of its beneficiaries.

Keywords: Bolsa Família Program; Work relationships; Traditional work; Informality.

¹ Doutorando em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Mestre em Administração, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil. E-mail: marllon.vasconcelos@gmail.com

² Doutora em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPE. E-mail: dcpdourado@gmail.com

1. Introdução

A tentativa de modernizar o Brasil foi conduzida por meio de um projeto desenvolvimentista do Estado a partir da década de 1930, e o caminho escolhido para tal foi a industrialização. De acordo com Oliveira (2003), as relações de trabalho que se desenvolveram no país a partir deste projeto foram desfavoráveis à nascente classe trabalhadora, já que a prioridade do Estado passou a ser gerar condições para passagem do centro dinâmico da economia da atividade agroexportadora para a industrial. Também foi característico das relações de produção e trabalho no Brasil uma estrutura dual, contando com setores modernos e com a persistência de setores tradicionais. Isto posto, no Brasil sempre persistiram relações tradicionais de trabalho e a informalidade, caracterizados pela intensiva utilização de mão de obra barata (OLIVEIRA, 2003).

Como pode ser observado, as relações de trabalho no Brasil foram marcadas por fragilidades e desigualdades. Ainda assim, a partir da década de 90 houve impulsos por uma reestruturação produtiva, que se pautou na flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho (ANTUNES, 2014a). Este processo falhou em sua promessa de condução ao crescimento econômico, resultando no baixo crescimento ou estagnação, desemprego e aumento da precarização do trabalho (ALVES, 2009).

Vale salientar que neste cenário o Sistema de Proteção Social criado no Brasil foi incapaz de superar as situações de extrema desigualdade, antes reproduzindo-as em si mesmo e mantendo excluídas grandes parcelas da população (SILVA, 2007). No entanto, em 2003 foi criado pelo governo federal o Programa Bolsa Família (PBF), um programa de transferência de renda direta com condicionantes, com foco de atuação em famílias pobres e extremamente pobres. De acordo com Paiva, Falcão e Bartholo (2013), o PBF representou um marco para o Sistema de Proteção Social Brasileiro, pois representou um reconhecimento da pobreza como um problema social e se estabeleceu um programa destinado as pessoas com capacidade produtiva, no entanto, sem condições de renda para participar de um sistema de proteção social contributivo.

Porém, para que as famílias superem sua situação de vulnerabilidade e pobreza, um dos objetivos declarados do programa, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (2016), melhorias em suas relações de trabalho são necessárias, principalmente considerando-se a vulnerabilidade destes beneficiários face a precarização do trabalho (SANTANA; DOURADO, 2018). Apesar da importância do trabalho para que o PBF alcance um de seus principais objetivos, estudos que se debruçam sobre as relações de trabalho dos beneficiários ainda são escassos, conforme indicam Barbosa e Corseuil (2013). Diante de tal escassez, este estudo teve como objetivo descrever e analisar as relações de trabalho de beneficiários de PBF. O locus da pesquisa foi Caruaru, maior cidade do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano. Esta escolha se deu devido à fragilidade e precariedade que caracteriza as relações de trabalho nesta região, sendo fortemente marcadas pela informalidade, terceirizações e subcontratações (SEBRAE, 2013).

O restante deste artigo está organizado em quatro seções. No referencial teórico são apresentados um breve histórico das relações de trabalho no Brasil e uma caracterização do PBF. Posteriormente são apresentados os procedimentos metodológicos que guiaram a execução da pesquisa de campo. Em seguida são apresentados e discutidos os principais resultados da análise dos dados. Por fim, são tecidas as considerações finais.

2. Fundamentação teórica

2.1 Construção das relações de trabalho no Brasil

Gorz (2003) argumenta que o trabalho, como o percebemos hoje, foi uma invenção da modernidade e do industrialismo. Para o autor, atualmente, o trabalho é caracterizado por realizar-se na esfera pública, sendo reconhecido como útil e remunerado. Diante de tais características, normalmente exclui-se atividades desempenhadas pelo indivíduo para manutenção e reprodução de sua vida, bem como aquelas que geram benefícios apenas para si e para seus próximos.

Em períodos pré-capitalistas, conforme apresenta Weber (1999), não havia uma distinção clara entre trabalho e vida particular, e a racionalidade que guiava o trabalhador voltava-se para garantir sua subsistência de acordo com sua tradição, buscando trabalhar o mínimo possível. Nestes termos, considera-se, neste estudo, como laços tradicionais de trabalho aquele onde não está clara a distinção entre tempo de trabalho e tempo de vida, podendo não haver, também, distinção entre local de trabalho e local de moradia, e onde as atividades se voltam primariamente para a satisfação das necessidades e não para a acumulação de capital.

No Brasil, o projeto de modernização iniciou-se por meio de uma reestruturação econômica durante a década de 1930. Tratou-se de um projeto estatal desenvolvimentista que compreendia a industrialização como o caminho para o desenvolvimento do país. Deste modo, o Estado voltou-se para garantir condições para a mudança do núcleo da economia brasileira das exportações de bens primários para a indústria nascente (OLIVEIRA, 2003). A regulamentação do trabalho no Brasil nascente nesse período teria se dado visando, principalmente, a garantia da acumulação de capital na indústria e não especificamente atender as reivindicações por direitos sociais e trabalhistas dos trabalhadores. Oliveira (2003) argumenta que as leis trabalhistas promoveram um nivelamento dos salários por baixo, já que no cálculo dos salários mínimos teriam sido considerados os custos de subsistência desconsiderando os ganhos de produtividade.

Assim foi criada a classe operária, mas limitada por sobremaneira em seu poder de organização, com um sindicalismo fortemente tutelado pelo Estado, e que, além disto, possuía uma estrutura verticalizada e descentralizada, gerando uma extrema fragmentação da representação sindical no país. Políticas populistas asseguravam vantagens trabalhistas e sociais mínimas aos trabalhadores como moeda de troca pela ausência de voz no cenário econômico brasileiro. Diante de tais constrangimentos, o desenvolvimento econômico ocorreu sem contrapartidas sociais e sem políticas públicas voltadas à garantia ampla dos direitos trabalhistas, o que favoreceu a continuidade e formação de redes de trabalho informal em pequenas empresas (COSTA, 2005).

Segundo Costa (2010), a análise da estrutura econômica brasileira proposta por alguns teóricos partia de uma dualidade, caracterizada por um lado pelos setores produtivos modernos, de avançado padrão tecnológico, capitalizado e dinâmico, representados pela indústria; e por outro pela persistência de setores produtivos de subsistência, considerados atrasados e arcaicos e marcados pela baixa densidade de capital, baixo padrão técnico e produtividade. A persistência do setor de subsistência, ou tradicional, era mantido pelo excedente de trabalhadores que não conseguia se inserir nas relações de trabalho capitalistas hegemônicas, criando este segmento à parte do sistema, não funcional ao padrão de acumulação de capital na indústria.

De modo diverso, Oliveira (2003) argumenta que ao invés de uma condição de antagonismo entre setores “modernos” e “atrasados”, teria se formado uma relação de complementaridade e simbiose nesta configuração particular, que se formou com vista a garantir as condições de acumulação de capital. Esta simbiose particular entre o desenvolvimento de relações de produção modernas com a manutenção de relações tradicionais desempenhou um papel relevante na estruturação produtiva e das relações de trabalho no Brasil, dando contornos particulares a sua condição de capitalismo periférico, ou dependente.

Por exemplo, o setor agroexportador manteve largamente modos de produção tradicionais, utilizando trabalho de agricultores no preparo de novas terras, por meio da agricultura de subsistência, até que estas estivessem prontas para o plantio ou a formação de pastagem para os proprietários. A atividade agroexportadora, ao preservar atividades tradicionais intensivas em mão de obra, evitou a necessidade de aumentar sua produtividade por meio da intensificação em capital, o que prejudicaria a indústria, já que intensificaria a concorrência por tais recursos (OLIVEIRA, 2003).

Outro exemplo foi o setor de serviços, que cresceu enormemente durante o processo de industrialização. O setor de serviços, fortemente baseado em mão de obra e com salários baixíssimos, teria compensado as graves deficiências de infraestrutura das cidades brasileiras, desempenhando importantes atividades, como distribuição, manutenção e reparos, de forma integrada com os setores industriais dinâmicos. Na ausência destes serviços abundantes em mão de obra e pouco demandantes de capital, altos investimentos em infraestruturas teriam sido necessários, o que comprometeria a capacidade de acumulação na indústria (OLIVEIRA, 2003).

Estes exemplos evidenciam como relações de trabalho tradicionais e informais sempre estiveram entrelaçadas ao desenvolvimento das relações de produção e trabalho no Brasil. Segundo Costa (2010), nem mesmo no auge do período de crescimento econômico, durante a década de 70, relações de trabalho formais foram usufruídas pela maior parte dos trabalhadores brasileiros. O contexto histórico e institucional

fragilizado do Brasil se mostrou fértil para a introdução do padrão de produção flexível da reestruturação produtiva neoliberal.

Antunes (2014a) indica que os primeiros impulsos de reestruturação produtiva no Brasil datam da década de 1980, no entanto, foi apenas após o fim da ditadura militar, com o processo de redemocratização, que as transformações em direção a reestruturação se intensificaram. Nos anos de 1990 ocorre a abertura e reestruturação econômica que resultaram em enormes enxugamentos da força de trabalho, flexibilização e desregulação de direitos sociais e no estabelecimento de formas atípicas do trabalho, como a terceirização e subemprego. A estrutura produtiva brasileira passa, então, a mesclar características de um fordismo periférico e subordinado com uma cada vez mais acentuada flexibilização (ANTUNES, 2014a; 2014b),

Como argumenta Alves (2009), durante a década de 1990 ocorrem as reformas neoliberais no Brasil, dentro de um contexto macroeconômico desfavorável, com baixo crescimento, altos juros e aumento da concorrência capitalista com a abertura econômica. O autor compreende que as reformas neoliberais levaram ao que denomina de uma economia de sociabilidade constrangida, submetendo o país a lógica da financeirização global do capitalismo.

As consequências das saídas adotadas para a estabilização monetária teriam constrangido o crescimento econômico, conduzindo ao baixo crescimento ou estagnação. Conjuntamente, a abertura comercial teria levado a destruição de cadeias produtivas nacionais, enquanto as privatizações e a reforma gerencial do Estado teriam contribuído para um quadro precário no trabalho público. Em seu conjunto, estas reformas teriam significado a disseminação do desemprego e a degradação do mercado de trabalho (ALVES, 2009).

As transformações na estrutura produtiva combinaram avanços tecnológicos com as exigências de uma força de trabalho “qualificada” e “polivalente” que, no entanto, é remunerada muito abaixo do que seria em países centrais. Essa configuração particular garante o aumento da produtividade com a manutenção de uma mão de obra barata, perpetuando a condição de intensa exploração do trabalho no capitalismo brasileiro. Ampliou-se ainda mais a informalidade e relações atípicas como a terceirização (ANTUNES, 2014a; 2014b)

Vale destacar que, dado o histórico de relações de trabalho vulneráveis que caracteriza o Brasil, o trabalho informal tem um peso considerável na constituição da flexibilização e precarização de suas relações de trabalho. Como acenam Hirata (2009) e Kalleberg (2009), nos países do Norte, capitalismo central, a flexibilidade tem assumido a figura do trabalho atípico, parcial e temporário, enquanto nos países do Sul a flexibilidade está mais diretamente ligada ao trabalho informal, desprovido de status e completamente ausente de proteção social.

Costa (2010) chega a falar de uma nova informalidade, considerando que até 1970 a informalidade era tida como um problema, havendo uma expectativa de uma eventual universalização do trabalho regulado e de seus direitos. Sob os valores da flexibilização, a nova informalidade e as desregulações do trabalho, são vistas por um viés economista e determinista como sacrifícios necessários para que o país alcance os parâmetros de competitividade internacionais, não se considerando os custos sociais de tais ações.

De acordo com Alves (2009), a reestruturação no Brasil deu base objetiva a um processo de precarização do trabalho, que além da intensificação e ampliação da exploração do trabalho e do desmonte das regulamentações do trabalho, atuou minando as organizações sindicais e gerando a fragmentação social por meio do desemprego. Desde forma, o desmonte da força do sindicalismo no Brasil se deu por meio da ampliação de sua fragmentação, reduzindo e segmentando seu potencial de representatividade. Além disto, o desfavorável contexto econômico e social, com a disseminação do desemprego e o ataque a direitos trabalhistas estabelecidos, transforma o conteúdo das lutas sindicais, que passam a apresentar uma atuação defensiva, buscando preservar direitos ameaçados ao invés de ganhar novos espaços.

Alves (2009) argumenta que ao lado do desemprego, durante a década de 1990, cresceram as relações de terceirização, as contratações sem carteira assinada, mesmo no setor público, com um crescimento de mais de 50% de modalidades de contratação flexibilizada. Observada esta tendência de degradação do mercado de trabalho, o autor destaca que a experiência da precarização tem seus efeitos não apenas na atualidade das relações de trabalho, atuando sobre e modelando as expectativas sociais para o desenvolvimento futuro do trabalho.

De acordo com Guimarães Junior e Silva (2020), esses processos de flexibilização e precarização tem se acentuado ainda mais nos anos que seguiram a 2016, como novas ondas de abertura a terceirização irrestrita e uma reforma trabalhista que instaurou novas modalidades de trabalho intermitente, demissões de comum acordo e a prevalência do acordado sobre o legislado. Estes movimentos indicam uma

intensificação da retirada de garantias e da situação de vulnerabilidade social imposta a um conjunto cada vez maior dos trabalhadores.

2.2 Programa Bolsa Família

Em 2003 o governo Federal criou o Programa Bolsa Família (PBF), com o objetivo principal de unificar os programas de transferência de renda, até então dispersos, e garantir uma cobertura nacional. A proposta de unificação de programas conduziu a uma melhora qualitativa e quantitativa, ampliando o público atendido e elevando significativamente o montante de recursos destinados (SILVA, 2007). Cabe destacar que, de acordo com Campello (2013), o PBF não representou apenas a unificação, ou mesmo melhoria quantitativa e qualitativa de Programas de Transferência de Renda, mas se integra, juntamente com as políticas de valorização real dos salários, programas de proteção a agricultura familiar, ampliação de cobertura previdenciária e a proteção e defesa ao emprego formal, como parte de um projeto de desenvolvimento.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (2016), o PBF é um programa de transferência de renda direta com condicionantes, com foco de atuação em famílias pobres e extremamente pobres. O programa possui três eixos principais: promover o alívio imediato da pobreza; reforçar o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social, por meio de suas condicionantes; e, por último, auxiliar o desenvolvimento das famílias por meio de ações e programas complementares, contribuindo para que as famílias superem sua situação de vulnerabilidade e pobreza.

Segundo Paiva, Falcão e Bartholo (2013), a criação do PBF representou a consolidação da ruptura com o modelo do sistema de proteção social brasileiro criado na década nos 1920 de carácter, predominantemente contributivista e reprodutor da estrutura de desigualdade presente na sociedade. Apenas com a consolidação dos programas de transferência de renda condicionada no PBF passou a haver um reconhecimento da pobreza como um problema social e se estabeleceu um programa destinado as pessoas com capacidade produtiva, no entanto, sem condições de renda para participar de um sistema de proteção social contributivo.

As condicionalidades seriam compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias e pelo poder público, e possuem o objetivo declarado pelo MDS (2016) de ampliar o acesso destas famílias a direitos sociais básicos. Estas referem-se a exigências, principalmente em aspectos ligados às áreas de saúde, como cartão de vacinação para crianças e acompanhamento pré-natal para gestantes, e de educação, como a obrigatoriedade da matrícula escolar e estabelecimento de frequências mínimas. As condicionalidades não devem se destinar apenas às famílias, mas também ao poder público, considerando que este deve conceder condições de acesso para que estas sejam cumpridas (MDS, 2016).

A gestão do PBF é descentralizada, ou seja, é compartilhada pela União, pelos Estados e Distrito Federal e pelos municípios. Cabe a gestão federal o gerenciamento, a operacionalização, o acompanhamento e a fiscalização do programa, enquanto os Estados e o Distrito Federal são responsáveis pelo apoio aos municípios na implementação. Por fim, são os municípios que são responsáveis pela gestão local, devendo identificar e cadastrar as famílias (MDS, 2016).

Diversos estudos têm confirmado efeitos positivos do PBF, especialmente no que se refere à diminuição da pobreza e da desigualdade de renda (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013) e melhorias nas áreas de saúde e nutrição (CAMELO; TAVARES; SAIANI, 2009; SANTOS et al.), educação (CIRENO; SILVA; PROENÇA, 2013; FEIJÓ; PIRES, 2015; NERI; OSORIO, 2019) e mesmo na economia (JANNUZZI; PINTO, 2013; SILVEIRA NETO; AZONNI, 2013; FURTADO; RODRIGUES; SIMONETTO; BARCELLOS, 2020). No entanto, estudos que se debruçam sobre as relações de trabalho dos beneficiários ainda são bastante escassos.

Estudos como o de Oliveira e Soares (2013), interessam-se por analisar um possível desestímulo ao trabalho decorrente da participação no programa, também denominado de “efeito preguiça”. Porém, os autores chegaram à conclusão que o PBF não impacta de forma significativa a oferta de mão-de-obra no mercado, com pequenas reduções da busca de emprego por mulheres beneficiárias, que, segundo os autores, passam a trabalhar menos para cuidar dos filhos e outras atividades domésticas. De modo não muito diferente, Barbosa e Corseuil (2013) estudaram uma possível influência de Programas de Transferência de Renda sobre a procura de trabalho informal, já que este não seria identificado pelos

gestores dos programas e poderia ter a preferência de beneficiários receosos de perder o benefício. Porém, a análise empreendida pelos autores indicou não haver correlação entre o programa e a opção entre trabalho formal e informal. Por fim, Correa Junior, Trevisan e Mello (2019), identificaram, por meio de análises estatísticas, uma relação positiva entre os benefícios do PBF e a ocupação salarial formal nos municípios brasileiros.

Outro aspecto que deve ser observado liga-se à questão de gênero no trabalho. Conforme pesquisas indicam (CAMPELLO, 2013; JANNUZZI; PINTO, 2013) o PBF tem contribuído para independência financeira de mulheres, já que estas são titulares preferenciais do benefício, correspondendo a 93% destes. Neste sentido Carlotto e Mariano (2012) realizaram uma pesquisa junto às beneficiárias do programa com o objetivo de analisar a percepção destas sobre empoderamento e autonomia. Segundo as autoras, para as beneficiárias, empoderamento e autonomia se relaciona principalmente ao trabalho, pois este traz renda e independência financeira. No entanto, apenas cerca de metade das beneficiárias trabalhavam e em trabalhos pouco qualificados, precários e de baixa remuneração. Por sua vez, Cecchin e Parente (2018), destacam que ainda que beneficiárias do PBF tenham alcançado maior independência financeira, estes ganhos frequentemente se limitam a esfera doméstica e reproduzem papéis tradicionais de gênero, com poucas alterações no cotidiano da vida dessas mulheres. Nesse sentido, as autoras sugerem uma maior articulação do PBF com outros programas e ações públicas que visam promover maiores ganhos comunitários e subjetivos aos seus beneficiários.

Apesar da relevância do tema trabalho para que os objetivos do PBF sejam alcançados, ainda são escassos estudos que se voltem diretamente para as relações de trabalho dos beneficiários. Este estudo buscou contribuir para esta discussão.

3. Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa foi de caráter essencialmente qualitativo, deste modo propõe-se a investigar problemas sociais ou humanos, enfatizando a necessidade de uma visão ampla e complexa do fenômeno estudado. Nestes termos, este estudo aproxima-se da perspectiva paradigmática da teoria crítica, ligada à construção de conhecimento crítico e emancipatório (CRESWELL, 1997). Busca-se, por meio deste estudo, a melhor compreensão de um elemento da ordem social, as relações de trabalho, além de representar um espaço de voz para os participantes da pesquisa, de modo que expressem suas experiências, visões e expectativas sobre as relações de trabalho nas quais se inserem.

O locus da pesquisa foi a cidade de Caruaru, principal cidade do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano. Nesta região a presença da informalidade é marcante, chegando a 80% dos empreendimentos, bem como relações de terceirização e subcontratação, tornando o trabalho comumente frágil e precário (SEBRAE, 2013). De acordo com Merriam (2009), o método de seleção de participantes mais apropriado para pesquisas qualitativas é o não probabilístico, considerando que generalizações estatísticas não costumam ser um de seus objetivos, sendo a seleção proposital a mais comum. Dentre os tipos de seleção proposital de participantes apresentados por Patton (2001), neste estudo optou-se pela seleção por critérios, na qual são estudados casos compatíveis com critérios pré-estabelecidos. Deste modo, os critérios utilizados na seleção dos participantes deste estudo foram: Residir em Caruaru e ser beneficiário do Programa Bolsa Família.

O acesso aos entrevistados se deu por meio da Secretaria da Criança, Adolescente e Políticas Sociais do município de Caruaru, responsável pela gestão municipal do PBF em Caruaru. Deste modo, as entrevistas ocorreram em espaços de atendimento aos beneficiários. Foram realizadas entrevistas com 35 beneficiários, em três ocasiões distintas, nos dias 20 e 27 de novembro de 2015 e no dia 8 de dezembro de 2015. O número de participantes foi determinado pelo critério de saturação, ou seja, foram incluídos progressivamente participantes até quando informações começaram a se repetir e achados relevantes tornaram-se mais escassos (DESLANDES, 2013).

A coleta de dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas, objetivando oferecer liberdade aos entrevistados para expressarem suas experiências e perspectivas, sem, no entanto, perder de vista os objetivos traçados pela pesquisa. Conforme descreve Merriam (1998, p. 74), a entrevista semiestruturada é guiada, em sua maior parte, “por uma lista de perguntas ou temáticas a serem exploradas, onde nem as

palavras exatas ou a ordem das perguntas são determinadas previamente”. Deste modo, foi elaborado um guia de entrevista prévio às entrevistas, versando sobre as experiências de vida no trabalho dos entrevistados. Anteriormente a realização da entrevista, foi garantido aos entrevistados a condição de anonimato, para que se sentissem confortáveis em suas respostas, de modo que foram atribuídos pseudônimos a cada entrevistado na organização e transcrição posterior das entrevistas.

Após as transcrições, os dados coletados foram analisados por meio da análise de conteúdo, utilizando-se da definição e estrutura de análise propostas por Bardin (2009). Entre as modalidades de análise de conteúdo, considerou-se apropriada para o objetivo deste estudo a análise temática, que “consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objectivo analítico escolhido” (BARDIN, 2009, p. 131).

4. Apresentação e análise dos resultados

4.1 Relações de trabalho tradicionais

Conforme traçado no referencial teórico, dentre o leque de atividades que poderiam ser consideradas de caráter tradicional, este estudo destaca relações de trabalho em que não está clara a distinção entre tempo de trabalho e tempo de vida, podendo não haver distinção também entre local de trabalho e local de moradia, com o trabalho sendo realizado na esfera doméstica e/ou privada, e onde as atividades se voltam primariamente para a satisfação das necessidades e não para a acumulação, estando presente laços familiares e de amizade (WEBER, 1999; GORZ, 2003). Considerando tais características, o trabalho dos beneficiários não pode ser considerado estritamente tradicional, no entanto verifica-se constantemente a presença de traços tradicionais. A maior parte dos beneficiários entrevistados realiza suas atividades na esfera privada, em seus domicílios ou em domicílios de terceiros. Certamente a atividade de “tirar pelo” é emblemática nesse aspecto, por isso, iniciaremos esse debate por ela.

Como descrito pelos beneficiários, “tirar pelo” é uma atividade que ocorre predominantemente em casa. Uma facção, unidades produtivas que frequentemente são subcontratadas por empresas maiores para a realização de etapas da produção de confecção, ou terceiros, enviam as peças prontas para as casas daqueles que irão retirar os “pelos”, isto é, resto de linhas nas confecções. A descrição desta atividade pelas beneficiárias pode ser conferida a seguir.

É assim, o fabrico entrega as peças em casa, de roupa, bermuda essas coisas, pra tirar aqueles restos de linhas, entendeu, aí a pessoa tira aquelas linhas todinhas, limpa pra entregar. (BEATRIZ, entrevista, 20/11/15)

É assim, as peças a mulher manda, pode ser short, calça, saia, aí tem os pelo, é tirar aquelas linhas que tá na peça pra depois entregar. (LARISSA, entrevista, 20/11/15).

Ocupação de caráter domiciliar, “tirar pelo” é, também, uma atividade predominantemente feminina, apenas beneficiárias, e em alguns casos suas filhas, relataram exercer essa atividade. Conciliar melhor os espaços da vida com o trabalho é uma das justificativas mais apresentadas pelas beneficiárias para permanecer realizando esta atividade, como narrado abaixo:

Quando me casei comecei fazendo esses bicos, tirando pelo, pra ajudar. Porque pra trabalhar fora com criança pequena [...] É com pelo, porque é assim, que num tô dizendo a você, pra levar menino na escola, trazer, é uma responsabilidade muito grande (SOFIA, entrevista, 20/11/15)

Não, só pelo. Porque eu não confio muito de deixar minhas filhas com ninguém, aí eu preferi ficar. [...] Aí não é muito, eu só trabalho de uma pessoa por causa das meninas, por causa de que qualquer coisa que acontecer com as meninas eu corro e vou resolver, aí só trabalho pra uma pessoa mesmo (AMANDA, entrevista, 08/12/15).

Porque é assim, é um serviço que você faz em casa, você tá vendo o filho, aí você para pra fazer almoço, dá um banho em um pra levar pro colégio (NICOLE, entrevista, 27/11/15).

Como pode ser observado, as justificativas para “tirar pelo” estão fortemente relacionadas à conciliação com as atividades de manutenção de seus lares e, principalmente, de cuidados dos seus filhos. As responsabilidades familiares parecem ser um indutor para se permanecer na ocupação de tirar de pelos. Muitas destas mães, em sua maior parte solteiras ou divorciadas, assumiram total responsabilidade por seus filhos, contanto com pouca ou nenhuma colaboração por parte dos pais, como pode ser observado nas seguintes declarações:

Meu marido não me dá nada porque tá sem trabalhar também, quando ele tem até que dá alguma coisa, mas quando não tem, fazer o que? E eu não posso nem botar na justiça, se ele não tem ele vai me dar o que? Nada (LETÍCIA, entrevista, 27/11/15).

Quando ele quer, ele manda. Mas faz uns 3 meses que ele não manda nada. Eu não tenho coragem, assim, de botar ele na justiça... eu não tenho, não, porque é um desgaste (NILMA, entrevista, 08/12/15).

Estas observações são coerentes com os argumentos de autores como Hirata (2009) e Kalleberg (2009) que defendem a ideia de uma divisão sexual da precariedade, já que mulheres são mais propensas a ocupar postos de trabalho precários seja no setor informal, predominante entre os beneficiários, ou no formal, geralmente na forma de empregos em tempo parcial. As beneficiárias têm que encontrar meios de conciliar o cuidado com seus filhos e seus lares com a aquisição de rendas, e a solução para este dilema tem sido a adoção de trabalhos de caráter mais tradicional, realizados na esfera doméstica, no caso deste estudo, majoritariamente o “tirar pelo”.

Feijó e Pires (2015) e Carloto e Mariano (2012) também observaram em suas pesquisas que as beneficiárias, mulheres, frequentemente assumem a maior parte ou toda a responsabilidade por seus lares e a criação dos filhos. Carloto e Mariano (2012) vão além, ao indicar que as condicionalidades impostas pelo PBF, quando não acompanhadas de outros serviços públicos que deem suporte as beneficiárias, têm aumentado o peso das atribuições domésticas das beneficiárias, já que estas têm que se encarregar sozinhas para que o cumprimento das condicionalidades ocorra.

Deste modo, assim como Carloto e Mariano (2012) e Cecchin e Parente (2018), destaca-se a relevância da oferta e ampliação de serviços públicos que aliviem o peso das atribuições domésticas das beneficiárias, tais como creches e escolas em tempo integral, e permitam que elas tenham oportunidades de buscar qualificação e melhores colocações profissionais. Porém, destaca-se que algumas beneficiárias preferem assumir sozinhas os cuidados com seus filhos, ou nas palavras de Amanda (Entrevista, 08/12/16): “Porque eu não confio muito de deixar minhas filhas com ninguém, aí eu preferi ficar”, elemento que denota um caráter cultural no cuidado das beneficiárias com seus filhos.

Apesar de salientarmos traços tradicionais deste trabalho, trata-se aqui de um retorno precário, já que na produção domiciliar pré-capitalista o ritmo da vida determinava o trabalho, resultando em tempos de trabalho e rendas moderadas. Já nas atividades domiciliares das beneficiárias que trabalham ligadas à confecção, o ritmo de trabalho é determinado por uma lógica produtivista de pagamento por peça, que resulta em trabalho intenso, baixíssimos rendimentos e em uma conciliação precária entre tempo de vida e tempo de trabalho. Os seguintes relatos são exemplos de como a lógica produtivista impacta os ritmos e intensidades do trabalho de “tirar pelo”:

Aí a pessoa fica sem tempo de fazer as coisas em casa, porque quando entrega peça mesmo eles querem pra entregar logo, pra limpar e entregar logo. A pessoa nem tempo de comer tem. (BEATRIZ, entrevista, 27/11/15)

Porque você passa a maioria do tempo sentada. E você tira pelo a dez, doze centavos, você passa a noite todinha tirando pelo. (MARJORY, entrevista, 08/12/15)

Estes exemplos demonstram como a relativa autonomia de fazer seu horário de trabalho pode ser enganosa. Conforme pode ser visto, as beneficiárias trabalham em ritmos intensos e com longas jornadas, muitas vezes entrando em turnos de trabalho noturnos. Além de haver uma dupla jornada de trabalho, já que intercalam o “tirar pelo” com atividades domésticas.

Apenas a beneficiária Amanda (Entrevista, 08/12/16) afirma priorizar suas atividades com os filhos e com seu lar, preferindo manter pouco trabalho. Isso é possível já que Amanda conta com o suporte de seu cônjuge que possui uma fonte de renda fixa. Porém a maior parte das beneficiárias relataram ter que arcar com o sustento de suas famílias de modo independente ou semi-independente, e, considerando o papel do “tirar pelo” na constituição de suas rendas para o sustento de suas famílias, seria difícil optar por trabalhar menos.

Apesar de o “tirar pelo” ser um exemplo extremo, as demais atividades de confecção seguem uma lógica e estruturação semelhante, apenas demandando de um pouco mais de qualificação técnica para sua realização. Dado a necessidade de alguma qualificação profissional e de um dispêndio financeiro, a compra de uma máquina de costura, apenas duas beneficiárias relataram costurar em casa. Como pode ser observado, a lógica de trabalho domiciliar é semelhante à já relatada sobre “tirar pelo”:

Aí nesse período eu trabalhava, mas não fichada, assim, clandestino. Costurando na casa dos outros. E agora eu tô em casa, eu entrego a peça pronta, lavada não, sabe, só o esqueleto da peça. Quem faz é eu (o horário de trabalho), só depende do que eu produzir (o pagamento) (LAURA, entrevista, 20/11/15).

Era, eu comprei uma máquina, e fiquei fazendo em casa pra poder conciliar cuidar dos filhos. Porque o tempo que eu trabalhei fora foi bem difícil, eu tinha que deixar os filhos, e assim, o que eu ganhava, meu Deus, só dava pra pagar pra cuidar dos filhos, que tinha que pagar pra cuidar do menino, ainda era pequeno, a menina também. Aí agora fiquei fazendo em casa (BRUNA, entrevista, 08/12/15).

Conforme observado nas incursões ao campo e descrito nas entrevistas, a lógica da produção de confecções em facções é predominantemente domiciliar. Geralmente algum cômodo da residência é reservado, são instaladas algumas máquinas de costura e dá-se início a uma produção. O trabalho nestas facções é majoritariamente familiar, podendo outras pessoas serem contratadas para auxiliar na produção. Certamente dadas as exigências de capital financeiro para se dar início, nenhum dos beneficiários possuía uma facção. Dentre os beneficiários, apenas Júlia trabalha em uma facção, de propriedade de seus familiares, assim descrito por ela:

Minha família trabalha mais com fabrico de roupa, eu não sei fabricar é nada [...] trabalhei assim na costura, ajudando eles, assim, quando eu não tenho o que fazer, aí vou lá, ajudo eles, mas pra fabricar, fazer peça pra revender como eles fazem, eu nunca fiz não. [...] Por assim, eles tralham com pedido de peça, aí quando eles têm cliente pra fazer um pedido

grande [...] De segunda à sexta e as coisas que eu sei fazer. [...] Eu pego de sete e meia, até meio dia, aí de uma e meia até cinco meia, são 9 horas por dia. Eles determinam o horário porque todo mundo trabalha junto, a família né (JÚLIA, entrevista, 27/11/15)

Cabe ressaltar que, como argumenta Harvey (2013), estas práticas de trabalho tradicionais facilitam a exploração do trabalho feminino em termos domiciliares e em tempo parcial, condizente com o que foi observado no trabalho das beneficiárias.

Por sua vez, as atividades de caráter doméstico, como atividades de faxina, lavagem de roupa para terceiros e trabalhos domésticos, são sempre realizadas na esfera privada e não pública. Exemplo do caráter privado do trabalho doméstico das beneficiárias é o termo “trabalhando em casa de família”, que foi frequentemente escolhido para descrever estas modalidades de atividades.

Vale destacar que apenas beneficiárias, mesmo quando consideramos o trabalho de cônjuges e filhos, relataram desempenhar atividades domésticas, fato que demonstra como a ocupação destas atividades é predominantemente feminina. Hirata (2009) argumenta que algumas profissões tidas como tradicionalmente femininas, como os trabalhos domésticos, são consideradas como pertencentes à esfera privada, ou mesmo à intimidade, e não como trabalhos profissionais, sendo associados a ideias de servidão, o que pode contribuir para que estas atividades sejam frequentemente precárias. A autora defende a necessidade de trazer para o debate público estas atividades tidas como femininas e realizadas na esfera privada, transformando o trabalho doméstico em trabalho mercantil e conferindo-lhe reconhecimento social e financeiro.

É interessante notar que os filhos dos beneficiários que já realizam atividades remuneradas têm também, em sua maioria, participado de trabalhos com laços tradicionais. Comumente estes filhos têm ingressado em alguma atividade informal, frequentemente relacionada às atividades de costura na confecção, quando consideramos os filhos homens, ou realizado alguma atividade doméstica para terceiros ou iniciado a “tirar pelo”, quando observamos o trabalho das filhas.

Em muitos casos a inserção dos filhos em atividades remuneradas se dá por vínculos familiares ou de amizade, reforçando o caráter tradicional destas ocupações. De acordo com os relatos dos beneficiários, estes filhos que iniciaram atividades remuneradas frequentemente tiveram problemas em seus estudos, seja o abandono completo, ou o desinteresse e baixo desempenho para corresponder às demandas do trabalho.

Em suma, o trabalho dos beneficiários é marcado por certa continuidade de traços tradicionais, com o trabalho no ambiente doméstico sendo predominante, em meio ao cuidado da casa e da família. Trata-se de uma continuidade precária, com exigência de longa jornada de trabalho para que mesmo ganhos mínimos sejam possíveis, já que a remuneração se dá por produtividade. Vê-se, também, a perpetuação da divisão sexual da precariedade, com as beneficiárias ocupando-se em atividades vistas como tradicionalmente femininas e domésticas. Além da presença de traços tradicionais, as relações de trabalho descritas pelos beneficiários envolvem majoritariamente a informalidade. A próxima subseção explora o caráter informal do trabalho dos beneficiários.

4.2 Informalidade

De acordo com Lima (2010), o trabalho informal tem passado por uma verdadeira des-demonização, sendo valorizado como trabalho flexível, por um lado, e como alternativa ao desemprego estrutural, por outro. A presença do trabalho informal em tempos flexíveis é tanta que Antunes (2011) considera esta uma das principais marcas do novo padrão de acumulação, em contraposição ao trabalho regulado e estável.

Certamente a informalidade é uma das características mais presentes nas relações de trabalho nas quais os beneficiários têm tomado parte. No período em que as entrevistas ocorreram, apenas uma beneficiária e um cônjuge ocupavam empregos formais em tempo integral. Os trabalhos são sempre descritos pelos beneficiários de modo direto como “informal”, ou então “bicos” e, em alguns casos, “autônomo”. Conseqüentemente, os trabalhos realizam-se às margens de quaisquer direitos e seguridades sociais e trabalhistas.

Como já discutido, parte dos beneficiários trabalham exercendo atividades domésticas para terceiros. As atividades domésticas mais frequentemente citadas foram a faxina e lavagem de roupas que ocorrem de modo esporádico. Mesmo a atividade de empregada doméstica, de caráter mais permanente, não é comum entre os beneficiários, como relatado abaixo:

Depois eu só faço faxina, quando precisa assim, eu vou, um dia, dois três na semana. Faço faxina e vou embora (ISABELA, entrevista, 08/12/15)

Só faço um bicozinho numa casa de família, mas é só um dia na semana (JULIA, entrevista, 20/11/15).

No entanto, a maior parte dos beneficiários, vinte, dos trinta e cinco entrevistados, trabalha com atividades ligadas à confecção. Este grupo se divide entre aqueles que desempenham atividades de costura, apenas quatro entrevistadas, e aqueles que realizam a atividade de “tirar pelo”, contando com dezesseis beneficiárias, grande maioria não só em ocupações com confecções, mas em todo o conjunto de entrevistados.

Uma das principais inseguranças enfrentadas pelos beneficiários refere-se à própria existência do trabalho. Não importa que atividade o beneficiário relate desempenhar, a insegurança da existência do trabalho é um elemento frequentemente destacado, desde as atividades rurais até às ligadas à confecção.

As beneficiárias que trabalham tirando pelo dependem da repassagem de peças das facções e terceiros para que exista trabalho, em um sistema de subcontratação. A repassagem de peças é incerta e inconstante em suas quantidades, podendo não ocorrer por dias ou mesmo semanas. Um exemplo da apreensão sobre a existência de trabalho foi dado por Nilma, que após o momento da entrevista relatou já ter ido conferir várias vezes se havia chegado peças para seu trabalho somente neste dia. Esta é uma situação comum, como pode ser conferido nos relatos abaixo:

Depende, quando tem, tiro o dia todo, quando não tem, tiro meio período. Às vezes não tiro. No momento eu tô sem fazer nada, tô em casa mesmo. Aí quando aparece assim, se aparecer uma faxina, alguma coisa, aí eu vou e faço. Já pra não tá parada. (REBECA, entrevista, 27/11/15)

Quando tem eu tiro, mas também quando não tem, tem semana que não vem uma peça pra nós. Ontem mesmo não teve, hoje não teve, pronto é assim, é por época. É assim, por dia. (NILMA, entrevista, 08/12/15)

Esta insegurança sobre a existência do trabalho também é compartilhada mesmo pelas beneficiárias que executam atividades um pouco mais qualificadas na confecção. Assim como aqueles que tiram pelos, as beneficiárias que trabalham com costura, de confecção e de modo domiciliar, dependem da existência de pedidos para que haja trabalho. Mesmo o trabalho em facções, unidade produtivas que trabalham com maiores volumes de produção e frequentemente recebem pedidos de empresas maiores, é essencialmente incerto e inseguro:

Porque assim, eles trabalham com pedido de peça, aí quando eles têm cliente pra fazer um pedido grande, eles têm trabalho, a partir de janeiro, fevereiro, aí já não tem mais pedido, aí já fica difícil, todo mundo parado (JÚLIA, entrevista, 27/11/15).

A informalidade também é regra no trabalho de beneficiários e seus familiares que desempenham outros tipos de atividades, como faxineiras e serventes de pedreiro. Assim sendo, insegurança constante na existência de trabalho também faz parte de sua realidade, como demonstrado a seguir:

Aí justamente, eu só tô o que? Essa semana eu não tô pegando, eu tinha duas faxinas, mas só que ninguém quis. Não dá pra fazer faxina sem água, não é? (LETÍCIA, entrevista, 27/11/15).

Ele é servente sabe, aí tem dia que ele trabalha, tem dia que não, agora mesmo ele tá parado. Sempre parado, porque nunca arruma (CAMILA, entrevista, 20/11/15).

Aí como a Sulanca tá assim tão fraca, não tá dando, porque os comércios tudo fraco. Tem que tá se mexendo, tem que tá recorrendo a outras coisas, né. Uma coisa só não dá não. (EDUARDA, entrevista, 20/11/15)

Como pode ser observada na fala de Eduarda, uma das estratégias utilizadas pelos beneficiários para minimizar os danos da insegurança na existência do trabalho informal é realizar diferentes tipos de atividade, de modo a tentar compensar os momentos de inexistência de trabalho para uma determinada atividade com a execução de outras atividades. Os beneficiários podem oscilar entre “tirar pelo” e fazer faxinas, lavar roupa para fora ou trabalhar em feiras, por exemplo.

Outro tipo de insegurança enfrentado no trabalho dos beneficiários é a insegurança de suas rendas. A insegurança na existência do trabalho por si só garante a insegurança de suas rendas, já que torna estas últimas incertas e inconstantes, no entanto, mesmo na situação de existência de trabalho a renda do trabalho é extremamente insegura. A atividade de “tirar pelo” é exemplar também neste aspecto, como tal, a seguir são apresentados alguns relatos de como os rendimentos destas atividades se realizam:

Dá viu, dá, assim, até ajuda, porque é a 15 centavos, né, que eu tiro. É, umas 100 peças por dia que dá pra tirar. Quando vem 100, 50, assim depende da quantidade que ele manda. [...] Pronto aí, quanto mais tirar melhor, quanto mais tirar melhor pra gente, quem ganha mais é eu. É assim, essa vida sofrida, a 15 centavos a peça, é luta viu, é 15 centavos. (NILMA, entrevista, 08/12/15)

É por peça. É 15 centavos cada peça, aí tira o que? Uns 50, 70 por semana, isso se for todos os dias, se não... ganha menos. [...] Umas 150 (peças por dia). Depende da peça, pode ir até 200. (MARIANA, entrevista, 08/12/15)

Nestes relatos podem ser observados dois elementos de insegurança na renda da atividade de “tirar pelo”, o primeiro é o fato de o pagamento ser por produtividade, o segundo o baixíssimo valor pago por cada peça. O pagamento por peça à baixíssimos valores impõem intensos ritmos e horários de trabalho e tornam as rendas extremamente inseguras. Em média, as beneficiárias declaram serem capazes de tirar pelo de 150 peças por dia em ritmo intenso, considerando-se que se trabalhe todos os dias do mês, a um pagamento de R\$ 0,15 por peça, o rendimento seria de R\$ 675, menos de um salário mínimo, R\$ 788, na época das entrevistas. Este exemplo demonstra o quão baixo é a renda advinda do trabalho dos beneficiários e a insegurança que este os expõe.

De modo semelhante, mesmo atividades um pouco mais qualificadas apresentam rendas inseguras e baixas. As rendas descritas pelos beneficiários que trabalham em alguma atividade de costura na confecção variam entre R\$ 400 e R\$ 800 mensais, o que significa que apenas nas melhores situações de produtividade se chega ao valor de um salário mínimo. O relato abaixo descreve uma situação deste tipo:

Eu tô ganhando só 150 por quinzena, porque eles pagam só... De segunda à sexta e as coisas que eu sei fazer. [...] Eu pego de sete e meia, até meio dia, aí de uma e meia até cinco meia, são 9 horas por dia. (JÚLIA, entrevista, 27/11/15)

Deve-se considerar que esta situação de vulnerabilidade de rendas, com rendas condicionadas e baixas, ocorre concomitantemente à já discorrida insegurança de trabalho, o que potencializa os efeitos da primeira. Os beneficiários lidam com baixíssimas rendas e a suspensão contínua destas por períodos indeterminados enquanto não há demanda por seus trabalhos.

Essa mão de obra “descartável”, utilizada apenas quando há necessidade para logo em seguida ser descartada outra vez, só é possível graças à sua situação de desproteção social e ausência de direitos na informalidade, já que não existem custos de contratação ou demissão. Como argumenta Lima (2010), os processos de flexibilização das relações de trabalho se dão num progressivo descompromisso das empresas para com sua mão-de-obra. Nestes termos, a predominância da informalidade nas relações de trabalho das quais os beneficiários têm participado representa extremos de flexibilidade, não existindo qualquer responsabilidade com a mão-de-obra, deixando-a em situação essencialmente insegura.

Desprovidos de proteção social, os beneficiários também estão totalmente expostos a situações excepcionais que venham a interromper seus trabalhos, como doenças e lesões. Por exemplo, a atividade de tirar pelo deixa suas marcas físicas, já que é repetitiva. Alguns dos problemas decorrentes dessa atividade são relatados por Nilma na seguinte descrição:

Oh, meu Deus, então, esse aqui, no outro dia amanhece inchado os meus dedos, é horrível. Eu lá, os pé incha, porque nós fica a tarde todinha, lá sentada, os pé incha. E não é sou eu não, nós tudim, minha prima, assim, trabalha lá, é tudo de pé inchado. [...] Não, porque eu sou ruim, eu insisto, eu digo você não me vence não. Porque eu preciso, mas dói muito, dói muito, tem dia que eu tô que não aguento (NILMA, entrevista, 08/12/15).

A condição de precariedade das relações de trabalho dos beneficiários impostas pela informalidade, resultando em incertezas constantes sobre a existência do trabalho, em baixíssimas rendas e em vulnerabilidade social, destaca a necessidade de políticas públicas mais efetivas voltadas ao incentivo à regularização das relações de trabalho e garantias de direitos trabalhistas para os beneficiários e ao acesso ao trabalho formal.

Diante de tais exemplos, observa-se que em muitos casos o PBF se tornou o único elemento de proteção social destas famílias. Ausentes de segurança em suas relações de trabalho, muitos beneficiários têm o benefício como garantia de necessidades básicas, tais como alimentação e moradia. Neste sentido, o PBF é um amenizador de muitas das situações de insegurança, seja irregularidade no trabalho, impossibilidade de trabalhar por questões de saúde, ou a ausência de um cônjuge na criação dos filhos.

5. Considerações Finais

O objetivo deste estudo foi analisar as relações de trabalho de beneficiários do PBF. Com tal finalidade foi realizada uma pesquisa junto a beneficiários na cidade de Caruaru/PE. Foram identificadas duas principais categorias na descrição das atividades desempenhadas pelos beneficiários.

A primeira refere-se aos traços tradicionais de trabalho. A definição de trabalho tradicional aceita neste estudo relaciona-se às relações de trabalho em que não está clara a distinção entre tempo de trabalho e tempo de vida, podendo não haver distinção também entre local de trabalho e local de moradia, com o trabalho sendo realizado na esfera doméstica e/ou privada, e onde as atividades se voltam primariamente para a satisfação das necessidades e não para a acumulação, estando presente laços familiares e de amizade.

Ainda que o trabalho dos beneficiários não possa ser considerado estritamente tradicional, observou-se que em sua maior parte não está clara a distinção entre trabalho e outras áreas da vida, sendo o mesmo realizado ou no domicílio ou em esferas privadas, como residências de terceiros. Neste sentido, o trabalho de “tirar pelo” é exemplar, realizando-se na esfera doméstica, imbricado com as outras esferas da vida, como as relações familiares e de amizade. De modo semelhante, as atividades domésticas também se revestem desse caráter privado e pessoal, exemplificado na ideia de trabalhar em casa de família.

Deve-se observar que estas relações de trabalho são ocupadas majoritariamente por mulheres, já que beneficiárias têm que encontrar meios de conciliar o cuidado com seus filhos e seus lares com a aquisição de rendas, e a solução para este dilema tem sido a adoção de trabalhos de caráter mais tradicional e precário. Estes são indicativos da ideia de uma divisão sexual da precariedade apresentada por autores como Hirata (2009) e Kalleberg (2009), já que mulheres são mais vulneráveis a ocupação destes postos de trabalho precários.

O outro aspecto enfatizado foi a informalidade. As relações de trabalhos beneficiários entrevistados são predominantemente informais. Conseqüentemente, os beneficiários lidam com diversas fontes de insegurança. A existência do próprio emprego é extremamente incerta, sendo uma contingência diária, como na atividade de “tirar pelo” que dependem do envio de peças de outras unidades produtivas. Além disso, os beneficiários lidam com inseguranças de renda, já que o pagamento é realizado por produtividade e extremamente baixo, sujeitando os beneficiários a baixas rendas e trabalho intenso. Por fim, os beneficiários se encontram plenamente vulneráveis a eventualidade que os impeçam de trabalhar, como doenças.

A análise das relações de trabalho dos participantes desta pesquisa revela sua familiaridade com as condições de trabalho historicamente produzidas no Brasil, como a persistência de relações tradicionais e informais em trabalhos fragilizados (OLIVEIRA, 2003). Sua análise também revela uma compatibilidade com as tendências de flexibilização do trabalho, fortemente relacionadas a precarização, informalidade e insegurança (GUIMARÃES JUNIOR; SILVA, 2020). É fundamental que seja considerado o aspecto de gênero que a fragilidade das relações de trabalho das beneficiárias revela, já que estão mais vulneráveis a trabalho precários tanto em relações de caráter tradicional, informal e mesmo em algumas modalidades formalizadas.

Ainda que não existam intenções de generalizar as análises aqui empreendidas, dado seu caráter local e qualitativo, defende-se que para que o PBF alcance seu objetivo de contribuir para a superação da situação de vulnerabilidades das famílias é relevante que o mesmo considere as particularidades das relações de trabalho aqui apresentadas, considerando a presença marcante dos laços tradicionais e da informalidade. Resta destacar que, em muitos casos analisados, o PBF se constitui em único elemento de proteção social dos beneficiários, diante da plena vulnerabilidade de suas relações de trabalho.

Por fim, destacamos que aspectos de gênero se mostraram indispensáveis na consideração sobre as articulações entre o PBF e a relações de trabalho de seus beneficiários, de modo que sugerimos que pesquisas futuras sobre este programa se aprofundem sobre os aspectos de gênero e da divisão sexual.

Referência bibliográficas:

ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. *Revista Katálysis*, v. 12, n. 2, 2009.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? *Serv. Soc. Soc. São Paulo*, n. 107, 2011.

_____, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. *Estudos avançados*. v. 28, n. 81, 2014a.

_____, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXVII, 2014b.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; CORSEUIL, Carlos Henrique Leite. Bolsa família, escolha ocupacional e informalidade no Brasil. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

CAMELO, Rafael de Sousa. TAVARES, Priscilla Albuquerque. SAIANI, Carlos César Santejo. *Alimentação, Nutrição e Saúde em Programas de Transferência de Renda: Evidências para o Programa Bolsa Família*. *Economia, Selecta, Brasília (DF)*, v.10, n.4, p.685–713, 2009.

CAMPELLO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO; Silvana Aparecida. Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no programa bolsa família. *Textos & Contextos, Porto Alegre*, v. 11, n. 2, p. 258 - 272, 2012.

- CECCHIN, Hareli Fernanda Garcia; PARENTE, Temis Gomes. Diversas vozes, muitos dilemas discutindo o programa bolsa família a partir das questões de gênero e empoderamento. *Desenvolvimento em questão*, v. 16, n. 43, 2018.
- CIRENO, Flávio. SILVA, Joana. PROENÇA, Rafael Prado. Condicionais, desempenho e percurso escolar de beneficiários do programa bolsa família. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013.
- CORREA JUNIOR, Carlos Barbosa; TREVISAN, Leonardo Nelmi; MELLO, Cristina Helena Pinto de. Impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho dos municípios brasileiros. *Revista de administração pública*, v. 53, n. 5, p. 838-858, 2019.
- COSTA, Márcia da Silva. O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V. 20, n. 59, p. 111-131, 2005.
- _____, Márcia da Silva. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, p. 171-190, 2010.
- CRESWELL, John. *Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches*. Thousand Oaks: Sage, 1997.
- DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- FEIJÓ, Ana Paula Speck; PIRES, André. A Frequência Escolar e a Educação a partir do ponto de vista das Beneficiárias do Programa Bolsa Família. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 9, n. 1, p. 136-152, 2015.
- FURTADO, Wellington; RODRIGUES, Glauco Oliveira; SIMONETTO, Eugenio de Oliveira; BarcellosDaniel Visentini de. *Desenvolvimento em questão*, v. 15, n. 39, p. 68-85, 2017.
- GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003.
- GUIMARÃES JUNIOR, S. D.; SILVA, E. B. A “reforma” trabalhista brasileira em questão: reflexões contemporâneas em contexto de precarização social do trabalho. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, v. 7, n. 17, p. 117-163, 2020.
- HARVEY, David. *Condição Pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- HIRATA, Helena. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 24-41, 2009.
- JANNUZZI, Paulo de Martino; PINTO, Alexandre Rodrigues. Bolsa família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do bolsa família II. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013.
- KALLEBERG. Arne L. O Crescimento Do Trabalho Precário: Um desafio global. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 24, no 69, 2009.
- LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? *Sociologias*. Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 158-198, 2010.
- MDS – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Bolsa Família. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: jan. de 2016.
- MERRIAM, Sharan B. *Qualitative research and case study applications in education*. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.
- NERI, Marcelo; OSORIO, Manuel Camillo. Bolsa Família, tempo na escola e motivações estudantis. *Revista de administração pública*, v. 53, n. 5, p. 859-878, 2019.
- SILVEIRA NETO, Raul da Mota. AZZONI, Carlos Roberto. Os programas sociais e a recente queda da desigualdade regional de renda no Brasil. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013.

OLIVEIRA; Luís Felipe Batista de. SOARES, Sergei S. D. “Efeito preguiça” em programas de transferência de renda? In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013.

PAIVA, Luis Henrique; FALCÃO, Tiago; BARTHOLO, Letícia. Do bolsa família ao Brasil sem miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013.

SANTANA, Lizandra Kelly de Araújo; DOURADO, Débora Coutinho Paschoal. O programa bolsa família na comunidade ponte dos Carvalhos/PE: suas implicações políticas e o que está sob o manto do discurso. Revista Gestão.Org, v. 16, n. 2, p. 194-206, 2018.

SANTOS, Ohanna Thays Medeiros; FAYH, Ana Paula Trussardi; BEZERRA, Ricardo Andrade; PORCIUNCULA, Laura Brito; ARAÚJO, Fábio Resende de. Perfil de segurança alimentar e nutricional em beneficiários do programa bolsa família em Santa Cruz – RN: análise dos determinantes socioeconômicos. Revista interface, v. .17, n. 1, 2020.

SEBRAE. Estudo econômico do arranjo produtivo local de confecções do Agreste pernambucano, 2012. Recife: SEBRAE, 2013.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. Ciênc. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, 2007.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. O programa bolsa família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. Brasília, IPEA, 2009.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. 13. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.